

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Aírto
Ferronato



Tiago
Albrecht



Gilson
Padeiro



João
Bosco Vaz



Roberto
Robaina

030ª CEFOR Audiência Pública 24SET2024

Pauta: Audiência Pública Metas Fiscais 2º Quadrimestre 2024.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (10h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul.

Registrando com satisfação a presença, mais uma vez, do nosso querido secretário Rodrigo Fantinel, vereador emérito; dos nossos vereadores Tiago Albrecht, Gilson Padeiro, deste vereador e do Ver. João Bosco Vaz; saúdo a presença de todos vocês que estão conosco no plenário. Nós vamos ler o edital e depois passamos a palavra ao nosso secretário, não sem antes aproveitar para desejar sucesso aos colegas vereadores que são candidatos. Sucesso a nós nessa caminhada! (Lê.):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA à comunidade Porto-Alegrense a realização de Audiência Pública para demonstração e avaliação, pelo Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2024, em atendimento ao § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 24/09/2024 (terça-feira), às 10h, na sala de reuniões nº 302 da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Porto Alegre, 17 de setembro de 2024. VEREADOR MAURO PINHEIRO,
Presidente.

Esse edital foi publicado no Dopa e no Jornal do Comércio, ambos no dia 18 de setembro de 2024, e no *site* deste Legislativo. A palavra está com o nosso secretário Fantinel.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Bom dia, Ferronato, bom dia, Ver. Gilson, Ver. Tiago, Ver. Bosco; acho interessante apagar a luz. Ver. Ferronato, esta é a primeira apresentação de quadrimestre que nós estamos com a nossa contadora-geral nova, que assumiu no lugar do Vanderlei, então eu queria convidar a Sra. Aline Alves da Silveira Possamai aqui a compor a Mesa com a gente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Cumprimentos para ti, querida Aline, eu tive a satisfação também de trabalhar na Contadoria da União e do Estado por muitos anos, é uma honra tê-la aqui.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Eu queria aproveitar a oportunidade para apresentar a Aline para os senhores também, e a nossa ideia, hoje, é falar sobre as contas do 2º quadrimestre. Infelizmente, o quadrimestre que ficou aí conhecido como o quadrimestre da nossa enchente, da nossa tragédia climática...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Se me permite, quero registrar que está conosco aqui o Bruno Breyer Caldas, secretário adjunto da SMPAE, convidamos para compor a Mesa.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Está ótimo. Esse é um quadrimestre diferente, porque, obviamente, as finanças são bastante afetadas pela nossa tragédia climática, mas a gente traz os números aqui e ficam, depois, para

esclarecimento com os senhores. Estamos com um probleminha para a apresentação, mas vamos dessa forma.

(Procede-se à apresentação.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Então, a nossa pauta de hoje é apresentar as receitas e despesas, falar um pouquinho da dívida pública, dos precatórios, o resultado previdenciário, o resultado do Tesouro e o resultado orçamentário do quadrimestre, as metas fiscais e os resultados. Vamos passando e aí a gente vai esclarecendo. Ver. Ferronato, uma sugestão para as próximas reuniões: testar antes da apresentação, porque fica bastante prejudicado aqui para a gente apresentar com esse...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Tu tens razão.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: E não é difícil fazer isso funcionar, só tem que testar antes. Eu, realmente, não estou enxergando os números, mas eu vou tentar fazer o que é possível aqui. (Pausa.) Continua meio difícil, mas vamos lá. Nas nossas receitas aqui, nós tivemos aqui, obviamente, o impacto da enchente nas receitas. Quem sabe a gente gera um PDF, coloca em PDF? Porque assim não vai dar. Tenta dar uma arrumada, porque está sem condições. (Pausa.) Em relação às nossas receitas, então, a gente tem uma variação pequena em relação a 2023, 0,5% abaixo. Obviamente que em condições normais nós teríamos um crescimento de receita. E aí, a segunda linha ali mostra as receitas de capital, já fica evidenciada uma queda ali de 15%. Como a gente, Município de Porto Alegre, hoje, dispõe de menos recursos do que dispunha no passado, essa receita de capital aqui é basicamente o que a gente consegue de rentabilidade na aplicação do dinheiro que a gente tem disponível. Como a gente tem menos dinheiro este ano, menos a gente está tendo de retorno. Então, assim, no frigar dos ovos, e aqui a gente está apresentando os números até o segundo quadrimestre, então são os oito primeiros meses do ano, de janeiro até

agosto, a nossa receita fica praticamente constante ali, embora em situação normal ela cresceria. Posteriormente a isso, no próximo *slide*, nós temos a receita tributária aberta, e aí a gente tem a variação do ISS, que é positiva. Mesmo com o cenário da enchente, nos oito primeiros meses, a gente tem o ISS crescendo 4,4%. Então, vocês imaginem o potencial que a gente poderia estar crescendo de ISS, caso não tivesse tido a enchente.

E aí, sim, vêm os tributos que são mais afetados: o IPTU, por óbvio, pois as pessoas que foram atingidas deixam de pagar - a gente inclusive aprovou aqui a lei fazendo a remissão das parcelas do IPTU durante o ano de 2024, então, tem uma queda pequena ali; nós temos uma queda de ITBI também, porque, obviamente, esses meses da enchente foram muito afetados e menos transações foram realizadas; nós temos uma queda no imposto de renda retido na fonte, que também é uma receita que a gente acaba dependendo da retenção, a qual é feita dos nossos fornecedores, e o mês de maio contribuiu muito pra essa queda; e as taxas são influenciadas, basicamente a taxa de coleta de lixo, que é arrecadada junto com o IPTU, então, se o IPTU vai mal, a taxa de coleta de lixo também vai mal.

Posteriormente, no próximo *slide*, as receitas de transferências. A gente tem um crescimento nas receitas de transferências na ordem de 10,2%. E aí, obviamente, isso aqui tá muito linkado aos valores que a gente recebeu, principalmente da União, pra combate à enchente. Isso aqui é contabilizado como receita de transferência. Nós temos ali, em outras receitas da União, um crescimento de 119,2%, porque esse ano vieram recursos... Embora os recursos não sejam suficientes pra gente pagar as contas da calamidade... Como no passado, a gente não recebeu esses recursos, e esse ano a gente recebe, então dá aquele incremento ali de 119%. Vejam que o valor é de R\$ 138 milhões, e a nossa despesa, com a calamidade, de acordo com o último número que eu tenho aqui, é de R\$ 334 milhões. Então, o valor recebido da União deu pra me menos da metade. O restante a gente teve que custear com recurso da Prefeitura.

O ICMS teve um crescimento de 6%. Até isso aí está surpreendendo a própria Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Esses tempos a gente

foi lá fazer uma reunião com eles pra entender bem esse cenário e está surpreendendo positivamente, porque a gente acreditava que o impacto seria maior. Eles também acreditavam que o impacto seria maior, mas a gente tem recebido valores mais expressivos de ICMS, o que é bom para nós. O IPVA tem um crescimento pequeno também, de 2,5%, mas, no geral, o crescimento das transferências é de 10,2%.

Agora, falando sobre as despesas, os números são melhores do que nós imaginávamos trazer aqui, porque a despesa cresceu 1,3%, o que é muito razoável em função de toda a tragédia que ocorreu. Obviamente, a gente teve que substituir despesas para reconstruir a cidade, a gente teve que segurar em outras pontas para não gastar recursos que a gente não tinha. Então, a gente tem uma despesa com pessoal que cresce só 1,9%, o que também é bom. Juros e encargos da dívida têm um decréscimo de 21%. Por que isso? Porque a gente negociou com os bancos aquela moratória; durante este ano, a gente não vai pagar as parcelas da dívida, e, obviamente, nosso dispêndio foi muito menor.

Outras despesas correntes, que aí, sim, são bastante impactadas pela calamidade, 1,7% a mais. Nas despesas de capital, em investimentos, a gente tem uma pequena queda de 4,3%. A amortização da dívida também mostra uma queda significativa em função de a gente não estar pagando as parcelas da dívida pública até o final do ano; elas estão suspensas, mas, no geral, vocês podem ver que a nossa despesa, ali na última linha, tem um decréscimo 0,4%.

Eu falei anteriormente que a despesa tinha aumentado 1,3%, mas estava me referindo às despesas correntes. O total da despesa tem um decréscimo de 0,4%, o que para nós é positivo e nos permite estimar um resultado, ao final do ano, que não seja tão ruim. O que ocorreu na prática foi que a gente substituiu outras despesas por aquelas relacionadas à calamidade. Realmente, não foi um quadrimestre fácil, espero que as coisas melhorem agora, porque fazer esses movimentos é muito difícil. É muito difícil desativar despesas e jogar despesas para atender à calamidade, é um processo que é complicado, é tencionado, e, obviamente, todo mundo quer fazer tudo e a gente quer atender todas as pessoas, mas a gente não tem recurso para isso.

Aqui os investimentos. Só para a gente ter uma ideia que, por mais que a gente tenha tido a enchente – e não quero ser repetitivo, mas ela realmente impacta em todos os números –, a gente tem um nível de investimento muito próximo do ano passado, comparando aos primeiros oito meses, mas ele realmente é muito próximo do ano passado e vamos trabalhar para que nesse quadrimestre atual, de setembro até o final do ano, a gente consiga chegar o mais próximo possível do mesmo nível de investimentos do ano passado.

Despesa com educação: até o momento a gente está com percentual de 23,51%, é um pouquinho mais alto do percentual do ano passado, o que nos permite já projetar para o final do ano em torno de 26 a 27%, é o que a gente deve gastar com educação. A gente teve um incremento pequeno na despesa, na verdade, é despesa com MDE, mas é quase que um investimento como educação; a gente fala despesa, mas é o quanto a gente colocou em educação. E a receita teve um decréscimo pequeno. Então, assim, o percentual está praticamente igual ao ano passado, mas a projeção nos aponta para chegar a 26 ou 27% no final do ano. Portanto, isso aqui não é um problema, lembrando que o limite constitucional é de 25%, o mínimo constitucional é de 25%.

Aqui a saúde. A saúde também é outra despesa que a gente não precisa fazer força para gastar, porque a demanda por saúde é gigantesca e, por mais que a gente desloque recursos para a saúde, a gente acaba nunca conseguindo suprir toda a demanda. Nesse caso aqui, a gente está com 17,82% já em agosto, e o mínimo constitucional é de 15%, mas a gente vai passar isso aí com muita tranquilidade. Nós devemos chegar ao final do ano em torno de 21 a 22% na despesa com saúde, quase chegando para educação e, a médio prazo, eu acho que isso é uma questão que as pessoas têm que ter em mente, é uma despesa que infelizmente, ou enfim, ela cresce acima da inflação. Por mais que a gente tenha receita do outro lado, a despesa com saúde nos aperta bastante, porque ela tem um crescimento acima da inflação, os insumos ficam mais caros, a mão de obra é mais cara, então a gente tende a ir aumentando esse percentual. A gente comenta que aqui, talvez, em algum momento, vai ter que ser repensado

isso. Nós já temos prefeituras do interior do Estado que estão gastando mais de 30% com a educação, o dobro do constitucional...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com saúde.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Com saúde, opa. Troquei. Estão tratando mais de 30% de saúde, então, isso aqui, em algum momento, eu acho que vai ter que ser repensando em nível nacional, porque, realmente, é uma conta que não está se sustentando.

Aqui nossas principais alocações de recursos, nossas grandes contas, vamos dizer assim, a primeira continua sendo saúde, com folga, R\$ 2,1 bilhões nesses oito meses; previdência, R\$ 1,2 bilhão; saneamento, R\$ 1,2 bilhão; educação, R\$ 1 bilhão. Em todas as reuniões em que eu vim aqui durante esse período enquanto secretário, sempre essas quatro contas são as mais relevantes do Município de Porto Alegre. Então, aqui não muda muito, mas, realmente, são contas pesadas. Obviamente, a saúde é bom que esteja como primeira. A previdência, a gente teria que fazer força para cada vez conseguir gastar menos com previdência e levar mais para as atividades finalísticas do Município. Mas é um desafio complicado, a gente já fez a reforma da Previdência, estamos conversando com o Ministério da Previdência para que os nossos processos de compensação previdenciária sejam priorizados lá, mas sem muito êxito. Infelizmente, a gente não foi ouvido, e se tivéssemos sido ouvidos, talvez a gente pudesse estar encolhendo aqui essa conta da previdência.

Aqui a despesa com pessoal. O nosso percentual da despesa de pessoal é de 42,4%, então nós estamos ainda com uma folga considerável em relação aos limites de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal. O limite de alerta é de 48,6%, então a gente tem uma folga significativa.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro secretário Bruno Breyer está presente? (Pausa.) Ainda não.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Então, a despesa de pessoal está, vamos dizer assim, controlada, bastante distante do limite de alerta, o que também é bom, porque quanto menos a gente gasta com pessoal, a gente pode levar para atividade finalística do Município.

Aqui a questão da dívida pública. A dívida pública, só para lembrar a todos, embora isso aqui é uma constante nos últimos três anos, a gente tem uma situação atípica: a gente não tem dívida no líquido, a gente tem uma dívida, mas a nossa disponibilidade de recursos é maior do que a dívida; então, o Município não é um município endividado, o que nos permite justamente fazer essa captação de investimentos para novos investimentos na cidade – são os empréstimos que estão sendo aprovados aqui nos projetos de lei na Câmara, e hoje tramitam, lá na Secretaria do Tesouro Nacional, para que a gente consiga obter esses recursos – boa parte desses recursos vão ser utilizados, não só para reconstrução da cidade, mas também num sistema de proteção da cidade mais consistente. Então, vamos dizer assim: a gente fez o tema de casa aqui; a gente está com uma situação hoje líquida negativa, a gente não tem não tem dívida, o que nos permite um endividamento a médio prazo.

Aqui é a questão dos precatórios – é importante dizer que no momento em que ocorreu a enchente a gente conseguiu negociar com o Tribunal de Justiça uma suspensão no pagamento de precatórios por seis meses; então, do mês de maio até o mês de outubro a gente não está pagando precatórios. O saldo dos precatórios diminuiu em 3,4%, é uma queda pequena mas é uma queda; então, enquanto muitos municípios têm essa conta de precatório sendo uma grande ameaça, tendo aumentos significativos, nós temos conseguido estabilizar isso. Obviamente, a partir de outubro agora, a gente começa a refazer os pagamentos, esse saldo aí tende a diminuir mais, se não entrar precatórios novos, mas essa conta a gente não consegue gerenciar, são ações que estão tramitando na justiça, depende da decisão de cada uma delas.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Secretário, são R\$ 270 bilhões?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Milhões, milhões!

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Porque lá em cima estão valores nominais em milhões, 270....

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, não, é milhões; R\$ 270 milhões. Aqui é o resultado previdenciário, nós temos dois regimes de previdência no Município, nós temos regime de repartição simples que são para servidores que entraram no Município até 2002 – nesse regime aqui a receita e a despesa é para se igualarem, e por que não estão iguais, por que que a gente está apresentando ali um resultado de menos R\$ 6 milhões? Porque nós usamos, justamente em função da calamidade, uma sobra que nós tínhamos em um dos fundos do Município para pagar essas receitas previdenciárias. Como essa sobra era de 2023, ela não é contabilizada como receita de 2024 e aí gera ali essa diferença, mas não é nada que seja preocupante, a receita e a despesa tendem sempre a se igualar, porque, à medida que a gente vai pagando benefícios, o tesouro vai botando mais dinheiro lá no Previmpa para pagar os benefícios. Em relação ao regime capitalizado, que aí são para servidores que ingressaram no Município a partir de 2002, nós continuamos com resultado positivo, porque tem muito mais gente hoje na atividade do que na inatividade. Então nós temos um resultado positivo ali de R\$ 315 milhões, se eu não estou enganado, porque está bem difícil de ler, o número deve ser 315,496, acho que é isso. Então aqui também a situação previdenciária do Município, pós-reforma da Previdência, ela é bastante gerenciável, o plano capitalizado com constantes superávits, e o plano de repartição simples, a gente colocando dinheiro para pagar o que precisa ser pago até que se extinga, vamos dizer assim, essas obrigações aí a médio e longo prazo. Quanto que a gente bota por mês? Tem que fazer a conta ali é 1.126 dividido por 8, vamos ver aqui. (Pausa.) Cento e quarenta milhões por mês para pagar inativos do plano de repartição simples.

Aqui o resultado até o segundo quadrimestre, então o resultado do tesouro ele é deficitário em R\$ 157 milhões, as despesas superaram as receitas e, estava

dando entrevista antes de começar aqui a CEFOR, estava falando que é uma situação obviamente que a gente não quer, mas é uma situação que foi posta pela calamidade. No momento em que a gente tivesse um superávit aqui significaria o seguinte que nós estamos com dinheiro em caixa enquanto a cidade está precisando. Então a gente aqui tem um resultado negativo, mas é um negativo gerenciável, vamos dizer assim, dentro de um limite aceitável, que a ideia é, até o final do ano, tentar minimizar esse número aí, se não torná-lo azul, tentar deixá-lo, o mínimo possível, no vermelho. Obviamente que é uma situação aqui diferente, todas as outras vezes que a gente veio aqui a gente chegou aqui dizendo: “Nós vamos fechar o ano em equilíbrio, nós vamos fechar o ano com superávit”. Este ano a gente não consegue afirmar isso nesse momento, pode ser que isso aconteça, mas pode ser que isso não aconteça. O mais importante nesse momento aqui é ajudar quem está precisando e efetivamente reconstruir a cidade. Então, caso a gente não consiga zerar esse déficit até o final do ano, isso aqui vai ter que ser compensado ano que vem, vai ter que fazer um aperto maior nas finanças durante o ano que vem.

O resultado orçamentário consolidado aqui, aí não é só recurso do Tesouro, entram todos recursos vinculados também, é um déficit de R\$ 212 milhões que também a gente pensa: ah, R\$ 212 milhões de reais, mas se nós calcular aqui o percentual em relação à receita ali, nós estamos falando de um percentual muito pequeno, de 2,7%. Então, assim, é um déficit que ele é suportável e, de novo, a gente faz de cabeça, não precisa nem da calculadora. Então, o que acontece? A gente vai trabalhar, obviamente, para diminuir isso. Se, eventualmente, tiver que fechar com déficit, ano que vem é um ano de ajuste fiscal para voltar a ter resultados positivos que são fundamentais aí para a cidade. Foi o que a gente fez nos últimos três anos.

E aqui sim as metas fiscais. Nós tínhamos uma meta de resultado primário, para 2024, de R\$ 60,5 milhões, estamos aí com um resultado muito maior, de R\$ 482,8 milhões. No resultado nominal, a meta era de R\$ 59,4 milhões, e o resultado é de R\$ 584 milhões. Então isso aqui não é um problema, nunca foi um problema, acho que aqui a gente não vai ter maiores dificuldades aí para

bater as metas. Embora, dada a calamidade, a gente estaria até dispensado de bater essas metas aqui, pela lei de responsabilidade, mas, mesmo estando dispensado, a gente não deve ter dificuldade de bater essas metas.

Era isso, senhores, que eu tinha para apresentar, de forma bem breve. De novo, ressalto que é uma situação meio diferente dos anos anteriores, mas é uma situação que foi posta, e a gente tem que trabalhar aí para tentar minimizar, vamos dizer assim, os prejuízos causados pela enchente, e obviamente alocando recursos aí para ajudar quem mais precisa nesse momento.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. Quero citar as presenças da Adriana Viegas de Amorim, auditora de Controle Interno; da Adriana Vasconcelos Duarte, também auditora de Controle Interno; a nossa Aline Alves da Silveira Possamai; a Elisandra Borba, que é jornalista lá da secretaria. Convido a Sandra Marlusa, da Superintendência da Receita Municipal e o Bruno Breyer, que é o nosso secretário adjunto – parece que não está presente. A palavra com o Ver. Tiago Albrecht.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Ferronato, saudando V. Exa. e os demais colegas de CEFOR; também o secretário e a contadora-geral, eu diria bombeira-geral, mas, enfim, de tudo um pouco né. Obrigado, secretário, em realizar essa formalidade junto a esta Casa. Uma das funções precípuas, primeiras de um vereador não é fazer lei, é fiscalizar o que já tem aí. Então, esta comissão se faz ainda mais importante por causa dessa nossa tarefa que os porto-alegrenses legaram a nós, Ver. Gilson, de estarmos aqui fiscalizando. Neste sentido, eu tenho mais uma curiosidade, porque, como citei, eu sou de humanas e não de exatas, ali na altura do *slide* dez, sobre as alocações, nós rapidamente falamos que, no *slide* sobre principais alocações dos recursos comparativos até o segundo quadrimestre, o *slide* dez no PDF que V. Sa. nos mandou, secretário, nós comentávamos que o limite constitucional mínimo de educação é 25%, nós estamos em 23%; e falávamos que da saúde é 15%, e aí V. Sa. mencionou a respeito de outros municípios. É mais por curiosidade,

porque aqui a educação, praticamente a metade da saúde, em que momento a educação vai atingir os 23% e qual é o mínimo? Nós estamos em 17% em saúde. É isso? Se eu peguei bem o outro.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Sim, é isso. É que, assim, existe uma diferença da informação do MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – da educação para esse número aqui, tanto que, se a gente pegar a lâmina da educação – deixa eu pegá-la –, a gente coloca uma despesa de 823 milhões, e aqui na alocação a gente coloca 1,48 bilhões, porque em uma a gente está falando só da receita de impostos e transferências e o quanto a gente aplica em educação, esse é o que a constituição nos manda, esse é o limite constitucional. Aqui entram outras receitas, Fundeb, salário educação, então tem outras fontes, vamos dizer assim, que alimentam isso aqui. Na saúde a mesma coisa, quando a gente fala na lâmina da saúde, aqui eu estou dizendo que a gente gastou R\$ 621 milhões, e depois aqui na locação, R\$ 2,1 bilhões. Olhem a diferença dos dois números, R\$ 621 milhões é o quanto a gente pegou de impostos e transferências e botou na saúde; o restante é o que a gente recebe, principalmente aqui de governo federal, que é o dinheiro do SUS. Então é diferente.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Dezessete por cento então é do global ou só da transferência de impostos?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, só de impostos e transferências. De tudo o que a gente arrecadar de impostos e transferências, eu tenho que aplicar 25% em educação e 15% em saúde, só que a saúde e a educação têm outras fontes de recursos que não são impostos e transferências, que é o valor que a gente recebe, por exemplo, do SUS.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): E aí se justifica por que a população está envelhecendo, tem muito mais gente que usa a saúde do que a educação,

aquela coisa toda. Agora entendi. Como falei, talvez fosse a dúvida de alguém de humanas aí. E ainda nessa mesma lâmina, me chama atenção a questão do saneamento, R\$ 1,2 bilhão, esse é um investimento que não se vê, se brinca que não se faz porque não se dá voto e não se vê. O senhor tem de cabeça? Eu não quero apertar, realmente é uma curiosidade, me parece expressivo esse número de R\$ 1.214.000,00 em saneamento, sendo que metade de Porto Alegre não trata o esgoto, recolhe noventa e tantos por cento, mas tratar não trata. Tem assim de cabeça onde foi alocado ou se tem a ver com a enchente?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, eu não tenho de cabeça, mas isso é bem fácil de conseguir, mas aqui são basicamente despesas do DMAE. Então, como o senhor diz, tem muito investimento que a gente não enxerga, toda obra que se faz, onde se vê um cavalete do DMAE é para obra de manutenção e até obras que não são de manutenção, que são novos investimentos, elas são contabilizadas aqui, mas a gente consegue abrir as principais contas e passar aí para vocês.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Salário dos funcionários do DMAE está nesse valor?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Sim.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então é todo custeio do DMAE.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Toda despesa que está relacionada a saneamento, toda despesa que está relacionada à saúde, toda despesa na educação e na saúde, aqui também tem o salário dos servidores correspondentes.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Então necessariamente não é um investimento, é uma alocação de recursos.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: É, toda a despesa relacionada a essa conta, independente se é despesa de pessoal, se é investimento, se é despesa corrente, toda essa despesa.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está bem, obrigado. De minha parte, era isso, Presidente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Foram boas as tuas indagações, querido vereador. Mais alguma manifestação?

Nós queremos, antes de encerrar esta nossa audiência, registrar mais uma vez a importância da presença do nosso secretário Fantinel conosco aqui na CEFOR, trouxe muitas informações importantes para nós – para a Câmara e para a cidade. Meus cumprimentos.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Como eu vou relatar, vou botar um novo projetor no orçamento! (Risos.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos progredir!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Quero registrar também a presença da Aline, nossa contadora-geral – bem-vinda –, e registrar também meu desejo de sucesso nas nossas caminhadas. De resto, um abraço para vocês, bom revê-los, e dou a palavra ao Fantinel para as considerações finais.

SR. RODRIGO FANTINEL: Primeiro, é sempre uma satisfação vir aqui, embora a gente não venha aqui porque goste, a gente vem aqui porque tem a obrigação de vir e a gente está sempre à disposição para isso. Eu pedi a palavra somente para agradecer aos senhores, porque realmente esta pode ter sido minha última

apresentação quadrimestral, a gente está diante de um processo eleitoral, o próximo quadrimestre encerra-se em dezembro e a apresentação vai se dar durante o mês de janeiro ou fevereiro – fevereiro, eu acho, pois janeiro tem o recesso, deve-se dar na última semana de fevereiro. Não sei se eu estarei aqui, mas, se não estiver, foi uma satisfação e contem comigo para o que precisar, meu endereço continuará sendo a Secretaria da Fazenda, de repente pode ser que eu troque de cadeira, mas estarei sempre à disposição para ajudá-los e esclarecer o que for necessário. Foi realmente um prazer, uma satisfação sempre trazer as contas da Prefeitura.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Meus cumprimentos, Fantinel, e para a tua equipe.

SR. RODRIGO FANTINEL: O Bosco não estará, então deixem um abraço para o Bosco.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Bosco vai estar na praia! Um abraço para vocês, vamos à luta, um abraço e obrigado pela presença de todos e de todas.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 10h56min.)